



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003155-84.2008.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Incidente de Falsidade - Depósito**  
 Requerente: **Banco J. Safra S/A**  
 Requerido: **Vagner Luiz de Farias**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Banco J. Safra S/A** move ação em face de **Vagner Luiz de Farias**, dizendo que firmaram contrato de financiamento em 21.7.06, mas o réu deixou de lhe pagar a 5ª dentre as 48 prestações mensais e consecutivas para a liquidação da dívida, obrigação essa vencida em 21.12.06, tendo sido notificado e não purgou a mora. O réu dera em garantia fiduciária o Fiat Uno Mille Smart, 2000/2001, placa AJJ 5138. A liminar não foi cumprida pois não se localizou o veículo para a busca e apreensão, por isso o pedido foi convertido em ação de depósito (fls.47/48), tendo o autor pedido fosse o réu condenado a lhe pagar o bem ou equivalente em dinheiro, sob pena de prisão civil, devendo ser condenado ao pagamento de custas e honorários advocatícios. Documentos fls.5/9. O réu foi citado.

Contestação às fls.56/63 dizendo que não firmou o contrato de financiamento com o autor. A assinatura aposta no contrato não procedeu de seu punho. Desconhece quem a firmou. Não emprestou nem mesmo seus documentos pessoais para essa finalidade. Jamais financiou o veículo referido na inicial. Improcede a demanda.

Réplica às fls.68/73. Debalde a tentativa de conciliação: fls.81. Prova oral às fls.101, 126/128, e 139. Documentos fls. 145/146, 149/151.

No incidente de falsidade em apenso o réu impugnou o contrato de financiamento, dizendo que a assinatura ali não é de seu punho, jamais contratou com o autor o financiamento, o veículo não é seu, jamais o teve em sua propriedade, não recebeu numerário algum do empréstimo, por isso pede sentença declarando falsidade das assinaturas que não foram exaradas pelo réu. Documentos fls.10/12.

O autor impugnou o incidente (fls.15/21) sustentando que o oficial de justiça informou nos autos principais que o réu confirmou que vendera o veículo., o que atesta a higidez do contrato de financiamento. A declaração de falsidade não pode ser provocada incidentalmente como feito pelo réu, mas através de ação ordinária própria. A assinatura aposta no contrato é do réu, bastando conferi-la com os padrões firmados pelo réu e que estão no processo principal. Improcede o incidente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

Documentos fls.25/31. Na audiência de fl.33 foram colhidos os padrões gráficos do réu (fls.34).

Em memoriais, as partes reiteraram seus anteriores pronunciamentos: fls.155/185. A sentença de fls.187/190 foi anulada pelo v. acórdão de fls.236/239, para ser realizado o exame grafotécnico e decidido o incidente em apenso de falsidade material.

Este juízo determinou a realização da perícia, tendo compelido o autor a exhibir o original do contrato de nº 58.832, mas o autor informou que esse documento se extraviou (fls.78/79) e o perito confirmou à fls.95 que a perícia é tecnicamente inexequível. Este juízo declarou à fl.104 prejudicada a possibilidade de realização do exame pericial. Nestes autos principais as partes reiteraram os seus anteriores pronunciamentos, conforme fls.287/297.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

O réu impugnou o contrato de financiamento de fls.5/6, sustentando que não o celebrou, tanto que a assinatura ali exarada não é de seu punho. Este juízo determinou à fl.67 que o autor exhibisse cópias de documentos pessoais e comprovação de residência que o réu supostamente lhe entregara para a celebração do contrato, mas o autor se omitiu, causando a impressão de que não exigira do contratante a comprovação de sua identidade. Na audiência de fl.125, este juízo determinou que o autor informasse e comprovasse por documento "para quem foi depositado o valor financiado com indicação do nome, endereço e seu CPF, nome da agência bancária onde ocorreu o depósito, nº da agência e da c/c do beneficiado com esse depósito, e o nome do funcionário promotor daquele financiamento".

O autor também deixou de atender essa determinação. O ofício de fl.133 foi reiterado à fl.141 e mesmo assim o autor se omitiu. Este foi novamente intimado do despacho de fl.148 que insistiu naqueles informes/documentos, mas mais uma vez o autor perdeu excelente oportunidade para demonstrar a correlação entre o contrato de fls.5/6 e a efetiva participação do réu como contratante.

Reginaldo Aparecido David ouvido à fl.127 afirmou em juízo, de modo bem convincente, que: "o depoente tem controle das vendas dos veículos dos últimos 20 anos. Não se lembra de ter vendido veículo algum para o réu. Pode ser que Paulinho Veículos, localizado no Bairro Cidade Aracy, vendeu o veículo mediante financiamento obtido pelo adquirente, e o dinheiro caiu na empresa de alguma garagem cadastrada, expediente muitas vezes utilizado para essa triangulação. ...Marcelo Fiochi, promotor de financiamento, atuando no Banco Itaú e depois no Banco Safra, já cometeu algumas fraudes com financiamento. O depoente já foi vítima desse intermediário".



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

Evaldemir Luiz Pereira (fl.139) destacou que "trabalha na empresa Paulinho Júnior Automóvel, no bairro Cidade Aracy. Trabalha como vendedor naquela loja desde abril do ano passado (foi ouvido em agosto/09). Não conhece o requerido. ...Aquela garagem também não trabalha com as financeiras do Banco Itaú e do Banco Safra. Aquela loja jamais negociou com o requerido o veículo descrito à fl.5. Nesta data, nesta sala de audiência, é que, pela primeira vez, está tendo contato com o requerido. Naquela loja, jamais foi vendido um Fiat Uno de cor branca. O depoente conferiu inclusive pelo fichário para responder à indagação da oficiala de justiça. O depoente esclareceu para a oficiala de justiça que não conhecia o autor e desconhecia o veículo".

Cumprindo o v. acórdão de fls.236/239 este juízo determinou a realização da perícia grafotécnica (fl.242). O perito solicitou à fl.57 do incidente em apenso que o autor exhibisse o original do contrato de nº 58.832, bem como cópias nítidas e em tamanho natural dos cartões de assinaturas da conta salário em nome do réu. O ofício requisitório de fl.59 foi entregue ao autor em 13.6.2013, tendo o autor solicitado prazo complementar de 45 dias para aquela exibição (fls.62/63). O autor informou à fl.72 que o documento já foi expurgado, tendo em vista a conta ter sido encerrada em julho/2009 por ausência de movimentação. O autor informou às fls.78/79 que não tem o original do contrato de financiamento nº 58.832 (cópia xerográfica às fls.80/82), tornando assim a perícia grafotécnica tecnicamente inexequível (fls.76 e 95), pelo que a realização da perícia foi declarada prejudicada (fl.104).

O autor não se desincumbiu do ônus da prova, tanto que graças ao seu descuido os originais do referido contrato e até mesmo os cartões de assinaturas do réu não foram apresentados nos autos, inviabilizando a possibilidade de se realizar a prova pericial grafotécnica. Fl.297: desnecessária essa providência haja vista o comportamento processual do autor já analisado no primeiro e segundo parágrafos da fundamentação desta sentença.

Não foi o réu quem celebrou com o autor o contrato de fls.5/6. O autor acabou sendo induzido a erro por algum estelionatário. Declaro a falsidade material do contrato cuja cópia consta de fls.10/11 do incidente em apenso.

**JULGO:** a) **PROCEDENTE** o incidente de falsidade do documento de fls.5/6, reconhecendo que o réu Vagner Luiz de Farias não firmou com o autor o contrato de financiamento; b) **IMPROCEDENTE** a ação principal. Condeno o autor a pagar ao réu, 20% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, com reajuste monetário desde o ajuizamento da causa, custas do processo e as de reembolso.

P. R. I.

São Carlos, 25 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**